A implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil e os desafios das metas em educação





Ação Educativa, Assessoria Pesquisa e Informação

Fevereiro de 2017

http://www.acaoeducativa.org.br/desenvolvimento/

Histórico

Em setembro de 2015, durante a 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, foi aprovada a nova Agenda para o Desenvolvimento Sustentável composta por 17 Objetivos, com vigência entre 2015 e 2030. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam a continuidade de ações empreendidas no nível global que buscam avançar em uma agenda comum para o desenvolvimento, processo iniciado com os ciclos de conferências mundiais realizadas de maneira mais sistemática a partir da década de 1990 e com a aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que vigoraram entre 2000 e 2015.

Nas últimas décadas houve um processo intenso de conferências e acordos no âmbito global abordando diferentes questões que afligem a humanidade. Esses encontros geraram acúmulos importantes em diferentes áreas, como a Eco-92 no Rio de Janeiro, em 1992, voltada para a questão ambiental, a Conferência em Viena sobre direitos humanos em 1993, a Conferência no Cairo sobre questões populacionais (1994), a Conferência em Beijing sobre as mulheres em 1995, as Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas que vem acontecendo desde 1995 (COP), o Fórum Mundial de Educação, em 2000, em Dakar, e tantos outros.

O processo de construção dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, chamado de Pós-2015, foi composto por diversas reuniões entre representantes de Estado e das Nações Unidas, que contou também com a participação de organizações da sociedade civil e com consultas abertas online nas quais qualquer cidadão poderia enviar suas contribuições ao rascunho da Agenda. Dessa forma, o processo dos ODS foi visto como mais democrático e abrangente do que foi o dos antigos ODM, além de resultar em uma agenda muito mais ambiciosa, direcionada não apenas para os países mais pobres e em desenvolvimento, como era a anterior, mas para todos os países, inclusive os considerados desenvolvidos.

Em setembro de 2015, foi lançada a nova agenda ***"Transformando nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável"***[1], estabelecendo 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

[1] http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E

2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Os ODS não são de natureza legalmente vinculante, o que significa que para que sejam cumpridos é preciso que cada país leve em frente a Agenda através de políticas locais, promovendo meios de implementá-las no âmbito nacional, porém não há sanções caso os Objetivos não sejam alçados. Nesse sentido, o Objetivo 17, sobre os meios de implementação é de grande relevância, pois afeta toda a Agenda ao identificar os mecanismos que serão adotados para a execução de todos os Objetivos. ODS 17 envolve acordos tais como o fortalecimento do compromisso dos países desenvolvidos com a assistência técnica oficial para que direcionem 0,7% da sua renda nacional bruta para esse fim, melhoramento da cooperação regional e internacional, promoção do desenvolvimento e transferência de tecnologias ambientalmente corretas, aumento da participação das exportações dos países em desenvolvimento, entre outras.

No âmbito da discussão sobre implementação está o tema do financiamento da Agenda de Desenvolvimento. Nesse sentido, ocorreu, em julho de 2015, a Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que aprovou a chamada Agenda de Addis Abeba para Ação[2]. Essa Conferência, além de realizar um balanço sobre os progressos e recuos das questões previstas no então Consenso de Monterrey – que guiou o financiamento dos ODMs – também direcionou as novas questões que guiarão os esforços multilaterais na promoção da cooperação internacional e o financiamento da Agenda 2030. A Agenda de Addis Abeba identifica um conjunto de áreas transversais a atuar[3], a participação dos recursos domésticos para o financiamento dessa agenda, assim como do setor privado e financeiro, da cooperação internacional, do comércio, dívidas dos países mais pobres, do papel da ciência, tecnologia e inovação, assim como do processo de monitoramento e produção de dados sobre os temas.

A renovação de uma agenda global para o desenvolvimento, representada pelos ODS, reforça o compromisso multilateral para a erradicação de um conjunto de problemas que ainda afligem a humanidade. Apesar das suas limitações as metas criam aspirações em comum que auxiliam o direcionamento de políticas e concentração de esforços em prol de determinados objetivos. Além disso, esse processo também gerou um esforço para a definição dos indicadores adotados para o monitoramento do cumprimento das metas. Uma importante

[2] http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/69/313

[3] Que envolvem a garantia de proteção social e serviços públicos para todas as pessoas; aumento dos esforços para erradicar a fome e a desnutrição, estabelecimento de um novo fórum para superar a lacuna em infraestrutura; promoção da industrialização sustentável e inclusiva; geração de pleno emprego decente e produtivo para todos e promoção de micro, pequenas e médias empresas; proteção do ecossistema; e promoção de sociedades de paz e inclusivas.

iniciativa nesse sentido foi a constituição, em março de 2016, da *Inter-Agency Expert Group on SDG Indicators*[4] responsável pela construção dos indicadores correspondentes para cada Objetivo da Agenda 2030. Composta pelos Estados membros, organismos internacionais e observadores, essa agência lançou, em junho de 2016, a lista com 230 indicadores acordados para o monitoramento do cumprimento das 169 metas que compõem os 17 Objetivos[5].

Embora os antigos ODM não tenham sido plenamente alcançados e que seja difícil estimar o progresso nas áreas que o compunham caso ele não tivesse existido, há argumentos que apontam para um avanço mais rápido nos temas tratados pelas Conferências realizadas nos anos 1990 e condensados nos ODMs a partir de 2000 – ainda que de maneira significativamente reducionista. Entre os avanços, observa-se uma diminuição no número de pessoas vivendo na extrema pobreza, ou seja, pessoas vivendo com menos de 1.25 dólares[6] por dia, que diminuiu de 1.9 bilhões, em 1990, para 836 milhões em 2015; o número de crianças fora da escola também diminui de 100 milhões, em 1990, para 57 milhões, em 2015; a quantidade de pessoas em situação de desnutrição no mesmo período caiu de 23% da população mundial para 13%; o número de infecções pelo vírus HIV diminuiu em 40%, entre 2000 e 2013; e o percentual da população global com acesso a água potável passou de 76%, em 1990, para 91%, em 2015 (PNUD, 2016)[7].

O tema do desenvolvimento sustentável vem dominando as agendas internacionais, principalmente nos espaços do sistema ONU (Organização das Nações Unidas), implicando em ações voltadas para a redução da pobreza, provisão de necessidades básicas e melhoria nas condições de vida dos indivíduos. Na discussão sobre desenvolvimento, a educação frequentemente desempenha um papel importante, tanto entre os que lhe conferem uma função mais econômica, no sentido de formação para o mercado de trabalho e crescimento profissional e produtivo, quanto entre aqueles que enxergam nela um direito que possibilita o pleno desenvolvimento da personalidade humana e das noções de cidadania, e que fortalecem, inclusive, a realização de outros direitos.

Nesse sentido, este documento apresenta uma contextualização sobre a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável focando no ODS4 sobre educação e traça uma correlação com o Plano Nacional de Educação, buscando mapear a participação

[4] http://unstats.un.org/sdgs/iaeg-sdgs/
[5] http://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/
[6] No período em que os ODMs estavam em vigor a linha da pobreza era fixada em 1.25 dólares por dia, em 2015 o Banco Mundial mudou esse valor para 1.90 dólares por dia em função das alterações no custo de vida ao redor do mundo. Mais informações: http://www.worldbank.org/en/topic/poverty/brief/global-poverty-line-faq
[7] UNDP. United Nations Development Programme 2016. From the MDGs to Sustainable Development For All: Lessons from 15 years of practice.

do Brasil na Agenda 2030. Discute ainda a atuação de organizações da sociedade civil, particularmente através das iniciativas realizadas no sentido de pressionar o governo Brasileiro para a criação de instituições no nível do Executivo e do Legislativo que possibilitem um acompanhamento sistemático, transparente e consequente sobre as ações adotadas pelo Brasil para o cumprimento dos ODS.

As metas em educação

O ODS 4, **"*Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos*"**, está diretamente voltado para o tema da educação e é composto por 7 metas de resultado e três de insumo:

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade e que alcancem resultados de aprendizagem pertinentes e efetivos.

4.2 Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
4.b Até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.
4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

As metas em educação foram construídas através de um intenso processo de negociação entre governos, organismos multilaterais, organizações da sociedade civil e atores privados, que teve como insumo os aportes desenvolvidos no âmbito da UNESCO em relação às metas do acordo Educação para Todos-EPT (*Education for All-EFA*)[8], que também foram renovadas em 2015. Esse acordo, por sua vez, remonta ao ano 2000, quando foi lançado o Quadro de Ação de Dakar (*Dakar Framework for Action*)[9] durante o Fórum Mundial de Educação, representando um esforço da comunidade internacional em avançar na realização do direito à educação no mundo, através de um conjunto de metas que vigoraram entre 2000 e 2015.

O processo de renovação das metas EPT culminou no acordo presente na Declaração de Incheon *"Educação 2030: por uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e uma aprendizagem ao longo da vida para todos"*[10], lançada durante o último Fórum Mundial de Educação, ocorrido em Incheon, na Coréia do Sul. Os esforços para a construção dessa agenda foram articulados ao processo de construção do ODS 4, fazendo com

[8] http://www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-international-agenda/education-for-all/
[9] http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001211/121147e.pdf
[10] http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/ED/pdf/FFA_Complet_Web-ENG.pdf

que as agendas confluíssem somando as iniciativas de investimentos e as políticas públicas para o avanço da educação no mundo.

Assim, com o alinhamento nas metas para educação na Agenda 2030 deu-se início às negociações sobre seus indicadores. No âmbito da *Inter-Agency Expert Group on SDG Indicators* (IAEG-SDGs) foram estabelecidos 11 indicadores de monitoramento, disponíveis na página da agência[11]. Além desses indicadores globais, os países são encorajados a estabelecer os indicadores nacionais que atendam às metas estabelecidas. No caso do Brasil, o importante envolvimento do IBGE, tanto no plano nacional quanto internacional, sendo membro da IAEG-SDGs e assumindo sua presidência em março de 2016[12], tem colaborado para o desenvolvimento do quadro de indicadores globais e nacionais para o monitoramento dos ODS.

No plano nacional, o PNUD Brasil lançou, em 2015, o documento "*Acompanhando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – Subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos ODS*"[13], no qual explica o trabalho dos grupos técnicos temáticos constituídos para:

> **1.** Analisar os indicadores brasileiros relacionados ao objetivo temático e às respectivas metas propostas pelo GTA-ODS que haviam sido preliminarmente identificados pelo IPC-IG/PNUD, bem como as informações listadas para cada indicador;
> **2.** Eventualmente validar os indicadores brasileiros preliminarmente identificados pelo IPC-IG/PNUD, bem como as informações listadas para cada indicador;
> **3.** Acrescentar qualquer indicador social, econômico e/ou ambiental brasileiro relacionado ao objetivo temático e respectivas metas propostas pelo GTA-ODS que fosse considerado relevante e que não tenha sido preliminarmente identificado pelo IPC-IG/PNUD, bem como acrescentar informações listadas para cada indicador;
> **4.** Identificar lacunas de indicadores brasileiros relacionados ao objetivo temático e respectivas metas propostas pelo GTA-ODS e/ou eventuais *proxies*1 de indicadores que não fossem facilmente identificados;
> **5.** Estabelecer uma lista de indicadores principais, secundários e eventuais *proxies* (nesses casos, pedia-se que fosse deixado claro que se tratava de uma *proxy*) relacionados ao objetivo temático e respectivas metas propostas pelo GTA-ODS;
> **6.** Apresentar observações textuais sobre os indicadores brasileiros (ou sobre a eventual ausência destes) relacionados ao objetivo temático e respectivas metas propostas pelo GTA-ODS, desde que consideradas relevantes;
> **7.** Apresentar bibliografia sobre os indicadores brasileiros identificados referentes ao objetivo temático e respectivas metas propostas pelo GTA-ODS (PNUD, p. 21, 2015).

[11] http://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/
[12] http://www.estrategiaods.org.br/onde-estao-os-indicadores-que-acompanham-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/
[13] http://www.agenda2030.com.br/biblioteca/Acompanhando_Agenda2030.pdf

Como consequência, foram identificadas as bases de dados, fontes e desagregações possíveis que o Brasil dispõe para monitorar as 169 metas referentes aos 17 ODS. Assim, em relação ao ODS4 o monitoramento das metas tanto no plano global como no nacional se dará pelos indicadores descritos na tabela a seguir (para a relação completa dos indicadores nacionais ver Anexo A).

Tabela 1- Metas, indicadores globais e nacionais referentes ao ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Metas	**Indicadores Globais**	**Indicadores Nacionais**
4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade e que alcancem resultados de aprendizagem pertinentes e efetivos.	**4.1.1** Proporção de crianças e jovens: (a) nos anos iniciais do ensino fundamental I; (b) nos anos finais do ensino fundamental I; (c) nos anos finais do ensino fundamental II que alcancem proficiência mínima em (i) leitura e (ii) matemática, por sexo.	a) Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental da população de 6 a 14 anos (em %) = PNAD. b) Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos (em %) = PNAD. c) Taxa de adequação da idade para a série = Censo Escolar. d) Razão entre o número de alunos e professor = Censo Escolar.
4.2 Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	**4.2.1** Proporção de crianças até 05 anos de idade que estão com o desenvolvimento adequado em saúde, aprendizagem e bem-estar psicológico, por sexo. **4.2.2** Taxa de aprendizagem apropriada (um ano antes da idade oficial para matrícula no ensino primário), por sexo.	a) Taxa de escolarização bruta e líquida da população de 0 a 3 anos em creches = PNAD. b) Taxa de escolarização bruta e líquida da população de 4 a 5 anos na pré-escola = PNAD. c) Percentagem de docentes com formação em nível superior = Censo Escolar. d) Razão entre o número de alunos e professor = Censo Escolar.
4.3 Até 2030, assegurar a	**4.3.1** Taxa de participação de jovens e	a) Razão entre as taxas de

igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	adultos na educação formal e não-formal e técnica nos últimos 12 meses, por sexo.	escolarização líquida de mulheres e homens por nível de ensino (técnico-profissional e superior) = PNAD b) Percentagem de docentes com formação em nível superior lecionando na educação profissional = Censo Escolar
4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	**4.4.1** Proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologia da informação e comunicação, por tipo de habilidades.	a) Média de anos de estudo da população de 15 a 24 anos = PNAD. b) Média de anos de estudo da população de 15 a 29 anos = PNAD. c) Percentagem da população com ensino médio concluído = PNAD. d) Percentagem da população com formação em nível superior concluído.
4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	**4.5.1** Índices de paridade (feminino/masculino, rural/urbano, quintil mais baixo/mais alto, deficiência, povos indígenas e afetados por conflitos, conforme os dados se tornem disponíveis) para todos os indicadores de educação nesta lista que possam ser desagregados.	a) Taxas de escolarização em creches e pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior = PNAD. b) Percentagem de crianças e jovens entre 4 e 17 anos que não frequentam o ensino formal = Censo Demográfico. c) Percentagem de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados em classes comuns na rede regular de ensino = Censo Escolar.
4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres,	**4.6.1** Porcentagem da população em determinada idade que alcancem um mínimo fixo de nível de proficiência funcional em (a) alfabetização e (b)	a) Percentagem de jovens do 9º ano do ensino fundamental que atinge nível 5 da escala da Prova Brasil (Anresc) ou

estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	matemática, por sexo.	% de jovens do 3º ano do ensino médio que atinge nível 5 da escala da Aneb = Prova Brasil. b) Taxa de analfabetismo da população acima de 24 anos = Censo Demográfico. c) Taxa de analfabetismo funcional da população = PNAD.
4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.	**4.7.1** Extensão em que (i) educação para cidadania global e (ii) educação para desenvolvimento sustentável, incluindo equidade de gênero e direitos humanos, são incorporados em todos os níveis entre: (a) políticas nacionais de educação, (b) currículo, (c) formação de professores e (d) avaliação dos alunos.	a) Percentagem de matrículas na rede pública em tempo integral na educação básica = Censo Escolar. b) Percentagem de escolas públicas nos ensinos fundamental e médio com carga horária diária acima de 4 horas = Censo Escolar. c) Percentagem de escolas indígenas que oferecem educação bilíngue = Censo Escolar. d) Percentagem de escolas com conselhos escolares ativos = Microdados do Censo Escolar.
4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	**4.a.1** Proporção de escolas com acesso: (a) eletricidade; (b) Internet para propósitos pedagógicos; (c) computadores para propósitos pedagógicos; (d) infraestrutura e materiais pedagógicos adaptados para estudantes com deficiência; (e) água potável; (f) instalações sanitárias por sexo; e (g) instalações para lavagem das mãos (de acordo com os	a) Percentagem de escolas que possuem banheiros, dependências e vias adequadas a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida = Microdados do Censo Escolar. b) Percentagem de escolas com salas de recursos multifuncionais para AEE=

	indicadores definidos por WASH[14]).	Microdados do Censo Escolar. c) Percentagem de alunos com acesso à água, ao saneamento e à energia elétrica= Microdados do Censo Escolar. d) Percentagem e alunos com acesso a quadra esportiva (coberta ou descoberta) = Microdados do Censo Escolar. e) Percentagem de alunos com acesso a parques infantis = Microdados do Censo Escolar. f) Percentagem de alunos, professores e funcionários vítimas de violência no ambiente escolar = Microdados Aneb e Saeb – Inep.
4.b Até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas	**4.b.1** Volume de fluxo da assistência oficial ao desenvolvimento para bolsas de estudo por setor e por tipo de ensino.	a) Número de bolsas de estudo concedidas para o ensino superior e técnico-profissional de nível superior e médio = Capes, CNPq, MEC (Sistec/Setec/MEC). b) Taxa de conclusão de alunos bolsistas (Censo da educação Superior – Inep, Capes, CNPq, Sistec/Setec/MEC).

[14] De acordo com a Organização Mundial da Saúde os elementos que compõem o WASH dizem respeito à garantia de agua potável, saneamento e higiene ("*water sanitation hygiene*"). http://www.who.int/water_sanitation_health/monitoring/coverage/wash-post-2015-brochure/en/

técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.		
4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	**4.c.1** Proporção de professores no ensino: (a) pré-primário; (b) primário; (c) fundamental II; e (d) ensino médio que receberam uma formação mínima (por. Ex. formação pedagógica) antes da carreira e durante a carreira requerida para a docência de níveis relevantes em cada país.	a) Percentagem de docentes com formação em educação especial na educação básica = Censo Escolar. b) Percentagem de docentes com formação em nível superior = Censo Escolar. c) Percentagem de docentes nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio que possuem licenciatura nas áreas em que atuam = Censo Escolar.

Fonte: PNUD; IBGE, 2015. Elaboração Ação Educativa, 2017.

A relação entre a Agenda 2030 e a educação no Brasil: ODS4 e o PNE (Plano Nacional de Educação)

Sancionado através da Lei nº 13.005, em 25 de junho de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) entrou em vigência com validade de dez anos, constituindo uma referência central para os entes federativos em relação às políticas educacionais a serem implantadas. Através de 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias o Plano define os objetivos para a educação a serem alcançados até 2024.

Ainda que a Agenda 2030 e o PNE sejam independentes e de natureza distinta, ambos são compromissos feitos pelo Estado Brasileiro e apresentam objetivos em comum, direta ou indiretamente, com potencial de sinergia para retroalimentar suas ações e colaborarem, assim, para a melhoria do acesso, qualidade e resultados da educação no país.

Tabela 2 – Relação entre as metas do Plano Nacional de Educação e as metas do ODS 4

Metas do PNE	**ODS Relacionado**
1. Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças	4.2

de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.	
2. Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.	4.1
3. Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.	4.1
4. Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.	4.5
5. Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.	4.1
6. Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.	4.1, 4.7
7. Fomentar a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais propostas para o Ideb.	4.1
8. Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	4.1, 4.5
9. Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.	4.6
10. Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.	4.3, 4.4
11. Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.	4.3, 4.4
12. Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da	4.3

oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.	
13. Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.	4.3, 4.c
14. Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.	4.b
15. Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	4.c
16. Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	4.c
17. Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste PNE.	4.c
18. Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	4.c
19. Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.	17.1
20. Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.	17.1

As questões tratadas por ambas as agendas evidenciam as fragilidades e insuficiências do sistema educacional público que precisam ser trabalhadas e melhoradas. No caso do Brasil, ainda que o acesso ao ensino fundamental tenha se expandido significativamente, há diversos problemas em termos de progressão educacional e qualidade da educação, o que leva a sérios problemas de distorção idade-série e abandono escolar, somados às fragilidades na formação e valorização dos docentes.

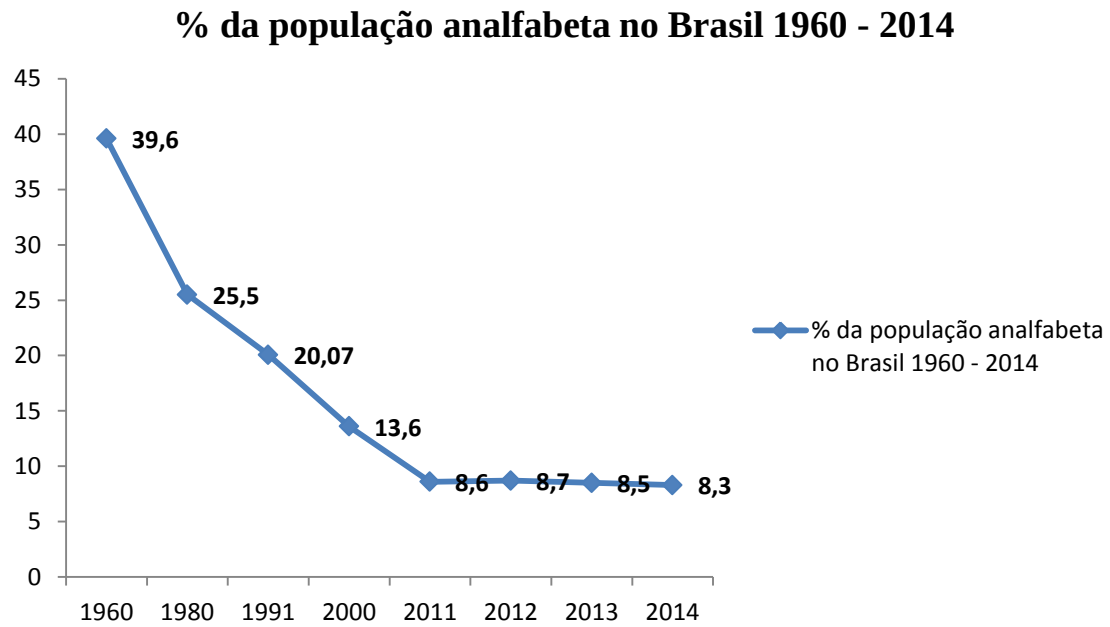
Em relação ao ensino fundamental (relação com o ODS 4.1), ainda que o acesso ao primeiro ciclo seja considerado universalizado no Brasil, com 98,4% da população entre 6 a 14 anos de idade matriculados, o 1,6% de crianças e adolescentes que estão fora da escola representam mais de 450 mil pessoas em números absolutos, sendo que a maioria deles são negros (68,36%) e pertencentes ao quintil mais pobre da população (64,5%). Ao analisar a taxa de conclusão do ensino fundamental observa-se que a porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram essa etapa foi de apenas 73,7%, em 2014, indicando a existência significativa de distorção idade-série nessa etapa. Em termos de qualidade do ensino, a porcentagem de crianças do 3º ano do ensino fundamental com aprendizagem adequada em leitura foi de 77,8%, em 2014, caindo para 65,5% em escrita e apenas 42,9% em matemática (MEC/Inep/DAEB/ANA, 2014).

Na educação infantil (relação com o ODS 4.2) a situação é ainda mais complicada, a porcentagem de crianças de 4 e 5 anos na educação infantil foi de 89,1%, em 2014, caindo para apenas 29,6% para as crianças entre 0 e 3 anos de idade. Na outra ponta, a situação do acesso e conclusão do ensino médio também evidencia sérios gargalos (relação com o ODS 4.1 e 4.6), a porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola foi de 82,6%, em 2014, porém, apenas 61,4% desses jovens estavam matriculados no ensino médio, etapa prevista para essa faixa etária (IBGE/Pnad, 2015).

A taxa de analfabetismo no país (ODS 4.4 e 4.6), que apresentou um ritmo de queda significativo nas últimas décadas, tem seguido uma tendência de estagnação a partir dos anos 2000. Em 2014, 8,3% da população brasileira era analfabeta, o equivalente a mais de 13 milhões de pessoas (IBGE/Pnad, 2015). Em relação ao analfabetismo funcional, em 2015, 27% da população se enquadrava nessa categoria, o que significa que mais de 28 milhões de brasileiros e brasileiras reconhecem letras e números, mas não têm domínio pleno da leitura, não sendo capazes, portanto, de compreender textos simples e realizar operações matemáticas mais elaboradas.

Os ODS 4.6, voltado para a alfabetização de jovens e adultos foi alvo de fortes críticas, pois, ainda que contemple uma meta específica para o tema, ela não apresenta indicadores definidos e ambiciosos, mas sim uma definição vaga acerca da alfabetização de adultos através do termo "substancial proporção", não criando, assim, um compromisso cuja mensuração possa ser ancorada em uma meta específica. Nesse sentido, é muito importante que cada país, a partir das suas necessidades, implemente políticas para superar o analfabetismo, que atinge 781 milhões de pessoas no mundo, sendo que mais de 60% são mulheres (UNDP, 2014)[15]. No caso brasileiro, a Meta 9 do PNE precisa ser visibilizada e contar com políticas bem estruturadas que possam concretizar resultados positivos rumo a plena alfabetização de toda a população jovem e adulta (para mais informações sobre o tema, ver HADDAD; SIQUEIRA, 2016[16]; CATELLI; MASAGAO; HADDAD, 2015[17]; DI PIERRO, 2010[18]; e consultar a página da SECADI/MEC - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão).

Gráfico 1 – Porcentagem da população brasileira analfabeta, Brasil 1960 - 2014



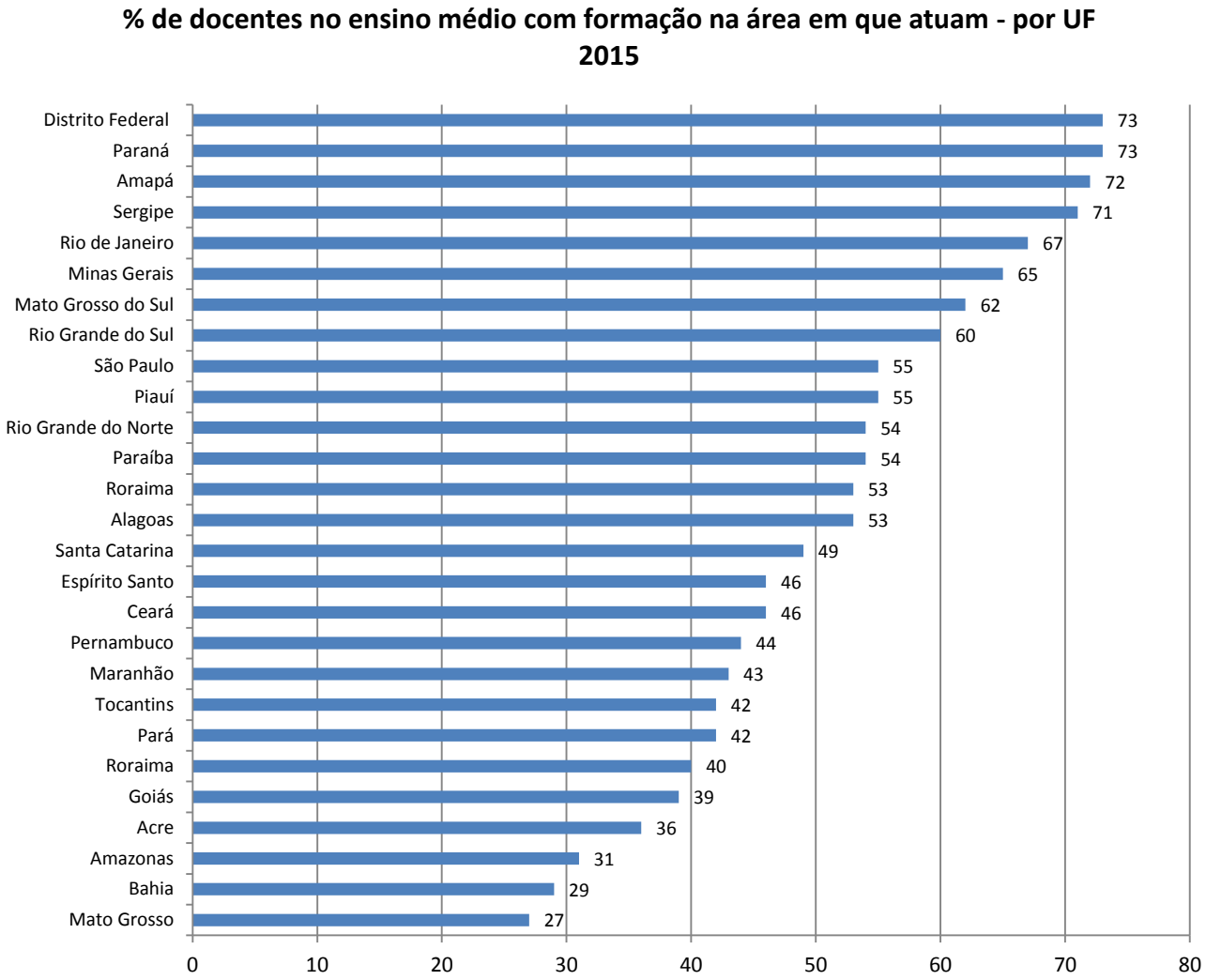
Fonte: IBGE/Pnad, 2015.

[15] UNDP. Millenium Development Goals Global Report 2014, p. 16
[16] http://abalf.org.br/revistaeletronica/index.php/rabalf/article/view/81
[17] http://lattes.cnpq.br/0743298141273362
[18] http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/15.pdf

Em relação à formação dos profissionais da educação (relação com o ODS 4.c), no Brasil, a porcentagem de docentes nos anos finais do ensino fundamental com formação superior na área em que lecionam foi de apenas 45,9%, em 2015. Para o ensino médio essa porcentagem foi de 53,8% no mesmo período, sendo que 32% não possuem formação para nenhuma disciplina que lecionam e 14% apresentam formação adequada para uma das disciplinas. Para todo o ciclo da educação básica a porcentagem de professores com curso superior foi de 76,4%, em 2015 (MEC/Inep/DEED/Censo Escolar[19]). Mato Grosso, Bahia e Amazonas são os estados que apresentam o menor índice de professores com formação na área em que atuam no ensino médio, 27%, 29% e 31% respectivamente. Esses dados demonstram a fragilidade do ensino em termos da formação docente e a necessidade de maiores investimentos na formação específica de nível superior. A Meta 15 do PNE planeja que 100% dos docentes da Educação Básica tenham formação na área em que lecionam até 2024.

Tabela 3 – Índice de docentes no ensino médio com formação na área em que atuam – por UF, 2015

[19] Dados compilados pela ONG Todos pela Educação, disponíveis em: http://www.observatoriodopne.org.br/



Fonte: Censo Escolar, 2015/ Todos pela Educação. Elaboração Ação Educativa.

O engajamento da sociedade civil na Agenda 2030 e comentários finais

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reúne um conjunto importante de temas sensíveis ao bem-estar social, econômico e ambiental, que são compartilhados por todos os países e sujeitos à efetiva introdução nas políticas nacionais para que gerem resultados no nível local. Ao se criarem estruturas fortes de monitoramento, com indicadores definidos e mecanismos de mensuração no âmbito nacional, os países colaboram para que a Agenda tenha relevância e seja posta em marcha aumentando, assim, as possibilidades de avanço e cumprimento de suas metas, garantindo que os Objetivos decantem do plano global para a realidade local.

No Brasil, o compromisso com a Agenda 2030 tem sido valorizado por iniciativas tanto no PNUD Brasil e institutos de pesquisa e monitoramento, como o IBGE e IPEA, quanto pela atuação de organizações da sociedade civil que enxergam nos ODS uma oportunidade e uma agenda positiva importante, que pode retroalimentar outras agendas internas e aumentar a visibilidade sobre os investimentos e melhoria em questões socioambientais.

Nesse sentido, algumas iniciativas têm ganhado repercussão, como a construção da Plataforma Agenda 2030[20], pelo PNUD Brasil, que reúne informações sobre a Agenda, suas metas, indicadores e documentos de apoio, feita de maneira interativa para que os usuários possam enviar sugestões de aprimoramento da plataforma. O compromisso do IBGE e do IPEA de lançarem documentos anuais medindo a execução da agenda pelo Brasil também representa um aporte importante na transparência das ações empreendidas pelo Governo e possibilidade um monitoramento mais qualificado por parte da sociedade. No campo das organizações de sociedade civil, o trabalho desenvolvido por coalizões como a Estratégia ODS[21] e o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030[22] (GT 2030) mostra o comprometimento desse setor para fazer avançar o cumprimento das metas por parte do governo.

Alguns resultados positivos deste trabalho de advocacy da sociedade civil já podem ser identificados. Desde 2015, o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030, constituído em 2015 por organizações de diferentes localidades do país que já acompanhavam o processo de construção dos ODS[23], tem atuado para que o governo crie uma instância para monitorar o cumprimento das metas e para garantir que políticas sejam postas em marcha nesse sentido. Foram realizados encontros com representantes do governo, seminários e audiências públicas[24] para discutir a importância da Agenda 2030 e a necessidade de estruturas estáveis direcionadas exclusivamente para o cumprimento das metas.

[20] http://agenda2030.com.br/meta.php?ods=4
[21] http://www.estrategiaods.org.br/estrategia-ods/
[22] https://brasilnaagenda2030.org/
[23] Entre as organizações que atuam mais diretamente no GT 2030 estão: Abong, Ação Educativa, FBOMS, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Fundação Abrinq, Agenda Pública, Mirim Brasil, Rede Nossa São Paulo, entre outras.
[24] https://brasilnaagenda2030.org/2016/11/29/audiencia-publica-ods-dia-1o-de-dezembro-de-2016-na-camara-dos-deputados-em-brasilia/

Entre os resultados das ações do GT está o envolvimento na criação da *Comissão Nacional para os ODS*, lançada pelo Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016[25], que constitui um passo importante no nível do Executivo para o acompanhamento sistemático e consequente da Agenda no Brasil. A Comissão será formada por um representante titular e um suplente dos seguintes órgãos de governo e da sociedade civil: Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV), Casa Civil da Presidência da República; Ministério das Relações Exteriores (MRE); Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPDG); Ministério do Meio Ambiente (MMA); um representante titular e suplemente dos níveis de governo estadual, distrital e municipal; e oito representantes da sociedade civil. Os representantes da sociedade civil serão escolhidos por edital e terão mandado de dois anos.

De acordo com a SEGOV, a Comissão deve lidar com um conjunto expressivo de atividades como: acompanhar, monitorar o desenvolvimento dos ODS e elaborar relatórios periódicos; estabelecer subsídios para discussões sobre o desenvolvimento sustentável em fóruns nacionais e internacionais; identificar, sistematizar e divulgar boas práticas e inciativas que colaborem para o alcance dos ODS, além de promover a articulação com órgãos e entidades públicas das unidades federativas a fim de disseminar e implementar a Agenda 2030 nos níveis estadual e municipal[26].

Outro resultado importante consequência do trabalho de advocacy do GT 2030 foi no nível do Legislativo. Após reuniões e audiências públicas na Câmara dos Deputados, foi criada, no dia 1º de dezembro de 2016, a *Frente Parlamentar Mista de Apoio aos ODS*[27], com a função de contribuir, no nível das funções Legislativas, para a garantia do cumprimento da Agenda. Sua composição contará com um presidente, vice-presidente, tesouraria, secretaria geral, e cinco coordenadores referentes às regiões do país, ademais de um Conselho Consultivo composto por representantes da sociedade civil.

Tanto a Comissão Nacional como a Frente Parlamentar são estruturas que indicam um potencial para o engajamento, acompanhamento de qualidade e proposições de ações por parte da sociedade colaborando para que os Objetivos sejam efetivados no Brasil. A participação da sociedade civil nestas instâncias só será eficaz se amplos setores da população tomarem consciência destes compromissos e se mobilizarem para pressionar e cobrar do poder público a sua implementação.

[25] http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=31/10/2016
[26] http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2017/fevereiro/governanca-da-agenda-2030-se-fortalece-com-definicao-de-representantes-para-a-comissao-nacional-para-os-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel
[27] http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53735

Importante destacar que, para além de acompanhar os compromissos de maneira geral, é preciso garantir a desagregação dos indicadores – seja por localização geográfica, raça/cor, nível de renda, sexo e outros. Isso está presente no mote que orienta a Agenda "*leaving no one behind*" (não deixar ninguém para trás), pressionando para que o monitoramento das metas seja feito de maneira desagregada, evitando, assim, a análise dos resultados pela média que, em países marcados pelas desigualdades como o Brasil, acaba camuflando realidades muito distintas existentes no país e enfraquecendo o desenvolvimento de possíveis políticas mais direcionadas para determinados setores da população.

A participação e monitoramento por parte de organizações da sociedade civil e da população em geral é fundamental e estratégico para que os Objetivos sejam levados adiante. A Agenda 2030 é um compromisso de Estado e deve ser cumprido de maneira efetiva e eficiente. Isso só será possível com a pressão e a participação da sociedade.

No campo da educação, o entrosamento entre as metas do PNE e do ODS4 formam um alinhamento importante para a concentração de políticas e investimentos. Ao mesmo tempo, esforços de alinhamento dos ODS às políticas nacionais, estaduais e municipais são fundamentais para que não haja sobreposição de iniciativas e para que os esforços sejam somados aumentando, assim, as condições para o alcance das metas com resultados efetivos em todo o percurso até 2030.

Em um período de forte recessão econômica que o Brasil vive, agravada pelas limitações dos gastos sociais produzidas pelas políticas de austeridade recentemente votadas, vislumbra-se um quadro de muitas dificuldades para o cumprimento dos compromissos assumidos no plano nacional e internacional. Portanto, cabe à sociedade e aos governos a responsabilidade de aprimorar a utilização de seus recursos e desenvolver soluções para efetivar as políticas e metas assumidas, ainda que em um contexto de retração.

Anexo A – Lista de Indicadores Nacionais para o Monitoramento das Metas do ODS 4.

META 4.1

até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

Indicador	Periodicidade	Base de dados	Fonte	Desagregação	Principais sinergias
Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental da população de 6 a 14 anos (em %)	Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014	PNAD	PNAD/IBGE	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ Regiões metropolitanas ▪ Localização rural/urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Educação do responsável pelo domicílio ▪ Quintil de renda	ODS 5, 8, 10
Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos (em %)	Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014	PNAD	PNAD/IBGE	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ Regiões metropolitanas ▪ Localização rural/urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Educação do responsável pelo domicílio ▪ Quintil de renda	ODS 5, 8, 10
Taxa de adequação da idade para a série	Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014	Censo escolar	Portal Brasileiro de Dados Abertos	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ Regiões metropolitanas ▪ Localização rural/urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Educação do responsável pelo domicílio ▪ Quintil de rend	ODS 5, 8, 10

Indicador	Periodicidade	Base de dados	Fonte	Desagregação	Principais sinergias
Razão entre o número de alunos e professor	Anual	Censo escolar	Sinopse Estatística da Educação Básica – Inep	▪ Nível e modalidade de ensino no Brasil, grandes regiões ▪ Localização rural/urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Populações indígenas e quilombolas	ODS 8, 10

META 4.2

até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário

Indicador	Periodicidade	Base de dados	Fonte	Desagregação	Principais sinergias
Taxa de escolarização bruta e líquida da população de 0 a 3 anos em creches	Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014	PNAD	PNAD/IBGE	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ Regiões metropolitanas ▪ Localização rural ▪ urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Educação do responsável pelo domicílio ▪ Quintil de renda	ODS 2, 5, 10
Taxa de escolarização bruta e líquida da população de 4 a 5 anos na pré-escola	Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014	PNAD	PNAD/IBGE	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ Regiões metropolitanas ▪ Localização rural ▪ urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Educação do responsável pelo domicílio ▪ Quintil de renda	ODS 2, 5, 10
Percentagem de docentes com formação em nível superior	Anual	Censo escolar	Sinopse Estatística da Educação Básica – Inep	▪ Nível e modalidade de ensino no Brasil, grandes regiões ▪ Localização rural/ urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Populações indígenas e quilombolas	ODS 5, 8, 10
Razão entre o número de alunos e professor	Anual	Censo escolar	Sinopse Estatística da Educação Básica – Inep	▪ Nível e modalidade de ensino no Brasil, grandes regiões ▪ Localização rural/ urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Populações indígenas e quilombolas	ODS 8, 10

META 4.4

até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo

Indicador	Periodicidade	Base de dados	Fonte	Desagregação	Principais sinergias
Média de anos de estudo da população de 15 a 24 anos	Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014	PNAD	PNAD/IBGE	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ Regiões metropolitanas ▪ Localização rural/urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Educação do responsável pelo domicílio ▪ Quintil de renda	ODS 8
Média de anos de estudo da população de 15 a 29 anos	Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014	PNAD	PNAD/IBGE	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ Regiões metropolitanas ▪ Localização rural/urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Educação do responsável pelo domicílio ▪ Quintil de renda	ODS 8
Percentagem da população com ensino médio concluído	Anual	PNAD	PNAD/IBGE	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ Regiões metropolitanas ▪ UF ▪ Localização rural/urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Quintil de renda ▪ Grupo etário	ODS 8
Percentagem da população com formação em nível superior concluído	Anual	PNAD	PNAD/IBGE	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ Regiões metropolitanas ▪ UF ▪ Localização rural/urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Quintil de renda ▪ Grupo etário	ODS 8

META 4.5

até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade

Indicador	Periodicidade	Base de dados	Fonte	Desagregação	Principais sinergias
Taxas de escolarização em creches e pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior	Anual, calculado para o período de 1990 a 2012. No caso de creches e pré-escolas, a partir de 1995	PNAD	PNAD/IBGE	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ UF ▪ Localização rural/urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Pessoas com deficiência ▪ Extremamente pobres ▪ 20% mais pobres ▪ Indígenas ▪ Quilombolas	ODS 1, 5, 8, 10
Percentagem de crianças e jovens entre 4 e 17 anos que não frequentam o ensino formal	Decenal	Censo demográfico	Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação – IBGE	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ Regiões metropolitanas ▪ UF ▪ Localização rural/urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Quintil de renda	ODS 1, 5, 8, 10
Percentagem de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados em classes comuns na rede regular de ensino	Anual	Censo escolar	Sinopse Estatística da Educação Básica – Inep	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ Regiões metropolitanas ▪ UF ▪ Localização rural/urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Quintil de renda	ODS 1, 5, 8, 9, 10

META 4.6

até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática

Indicador	Periodicidade	Base de dados	Fonte	Desagregação	Principais sinergias
Percentagem de jovens do 9º ano do ensino fundamental que atinge nível 5 da escala da Prova Brasil (Anresc) ou % de jovens do 3º ano do ensino médio que atinge nível 5 da escala da Aneb	Bianual	Prova Brasil	Portal Prova Brasil – Avaliação do Rendimento Escolar/Inep	▪ Brasil ▪ UF ▪ Municípios ▪ Dependência administrativa estadual e municipal	ODS 5, 8, 10

Indicador	Periodicidade	Base de dados	Fonte	Desagregação	Principais sinergias
Taxa de analfabetismo da população acima de 24 anos	Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014	Censo demográfico	IBGE. Projeção da população do Brasil e das UF	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ Regiões metropolitanas ▪ UF ▪ Localização rural/ urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Quintil de renda ▪ Grupo etário	ODS 1, 5, 8, 10, 16
Taxa de analfabetismo funcional da população	Anual, calculado para o período de 1990 a 2013. Trimestral a partir de 2014	PNAD	IBGE. Séries Históricas e Estatísticas	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ Regiões metropolitanas ▪ UF ▪ Localização rural/ urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Quintil de renda ▪ Grupo etário	ODS 1, 5, 8, 10, 16

META 4.7

até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável

Indicador	Periodicidade	Base de dados	Fonte	Desagregação	Principais sinergias
Percentagem de matrículas na rede pública em tempo integral na educação básica	Anual	Censo escolar	INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ UF ▪ Localização rural/urbana ▪ Dependência administrativa (federal, estadual e municipal)	ODS 12
Percentagem de escolas públicas nos ensinos fundamental e médio com carga horária diária acima de 4 horas	Anual	Censo escolar	INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ UF ▪ Localização rural/urbana ▪ Dependência administrativa (federal, estadual e municipal)	ODS 12
Percentagem de escolas indígenas que oferecem educação bilíngue	Anual	Censo escolar	INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ UF	ODS 11
Percentagem de escolas com conselhos escolares ativos	Anual	Microdados do censo escolar	Censo escolar	▪ Brasil ▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ UF ▪ Localização rural/urbana ▪ Dependência administrativa (federal, estadual e municipal)	ODS 16

META 4.a

construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos

Indicador	Periodicidade	Base de dados	Fonte	Desagregação	Principais sinergias
Percentagem de escolas que possuem banheiros, dependências e vias adequadas a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida	Anual	Microdados do censo escolar	Censo escolar	▪ Brasil ▪ Grandes regiões ▪ UF ▪ Municípios ▪ Localização rural/ urbana ▪ Dependência administrativa público/ privada ▪ Níveis de ensino ▪ Sexo	ODS 9, 11
Percentagem de escolas com salas de recursos multifuncionais para AEE	Anual	Microdados do censo escolar	Censo escolar	▪ Brasil, grandes regiões ▪ UF, ▪ Municípios, localização rural/ urbana, dependência administrativa público/ privada	ODS 11
Percentagem de alunos com acesso à água, ao saneamento e à energia elétrica	Anual	Microdados do censo escolar	Censo escolar	▪ Brasil, grandes regiões ▪ UF, ▪ Municípios, localização rural/ urbana, dependência administrativa público/ privada, níveis de ensino	ODS 3, 6, 7, 9
Percentagem de alunos com acesso a quadra esportiva (coberta ou descoberta)	Anual	Microdados do censo escolar	Censo escolar	▪ Brasil, grandes regiões ▪ UF, ▪ Municípios, localização rural/ urbana, dependência administrativa público/ privada, níveis de ensino	ODS 9
Percentagem de alunos com acesso a parques infantis	Anual	Microdados do censo escolar	Censo escolar	▪ Brasil, grandes regiões ▪ UF, ▪ Municípios, localização rural/ urbana, dependência administrativa público/ privada, educação infantil e anos iniciais	ODS 9

Indicador	Periodicidade	Base de dados	Fonte	Desagregação	Principais sinergias
Percentagem de alunos, professores e funcionários vítimas de violência no ambiente escolar	Bianual	Microdados Aneb e Saeb – Inep	Questionários contextuais da Aneb e da Anresc	▪ Violência física e violência verbal ▪ UF, ▪ Municípios, localização rural/urbana, dependência administrativa público/privada, níveis de ensino, gênero, cor/raça	ODS 16

META 4.b

até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento

Indicador	Periodicidade	Base de dados	Fonte	Desagregação	Principais sinergias
Número de bolsas de estudo concedidas para o ensino superior e técnico-profissional de nível superior e médio	Anual	▪ Capes, CNPQ, MEC (Sistec/Setec/MEC)	▪ Capes ▪ CNPq ▪ Sistec/Setec/MEC	▪ Nível de ensino e modalidades ▪ Gênero, sexo ▪ Cor/raça ▪ Grupo etário ▪ Renda ▪ Instituições públicas e privadas ▪ Pessoas com deficiências e ▪ Altas habilidades	ODS 5, 8 e 10
Taxa de conclusão de alunos bolsistas	Anual	▪ Censo da Educação Superior – Inep ▪ Capes ▪ CNPq ▪ Sistec/Setec/MEC	▪ Censo da Educação Superior – Inep ▪ Capes ▪ CNPq ▪ Sistec/Setec/MEC	▪ Nível de ensino e modalidades ▪ Gênero, sexo ▪ Cor/raça ▪ Grupo etário ▪ Renda ▪ Instituições públicas e privadas ▪ Pessoas com deficiências e ▪ Altas habilidades	ODS 5, 8 e 10

META 4.c

até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Indicador	Periodicidade	Base de dados	Fonte	Desagregação	Principais sinergias
Percentagem de docentes com formação em educação especial na educação básica	Anual	Censo escolar	INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica	▪ Brasil ▪ UF ▪ Dependência administrativa (pública e privada) ▪ Nível de ensino da educação básica	ODS 5, 8, 10
Percentagem de docentes com formação em nível superior	Anual	Censo escolar	INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica	▪ Nível e modalidade de ensino no Brasil, grandes regiões ▪ Localização rural/urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Populações indígenas e quilombolas	ODS 5, 8, 10

Indicador	Periodicidade	Base de dados	Fonte	Desagregação	Principais sinergias
Percentagem de docentes nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio que possuem licenciatura nas áreas em que atuam	Anual	Censo escolar	INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica	▪ Nível e modalidade de ensino no Brasil, grandes regiões ▪ Localização rural/urbana ▪ Sexo ▪ Cor/raça ▪ Populações indígenas e quilombolas	ODS 5, 8, 10

Fonte: PNUD Brasil, 2015 <http://www.agenda2030.com.br/biblioteca/Acompanhando_Agenda2030.pdf>